

DOI: <https://doi.org/10.58871/CONSAMU25.C10>

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL COMO
FERRAMENTAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE DA MULHER NO MEIO RURAL**

**ENVIRONMENTAL EDUCATION AND SUSTAINABLE AGRICULTURE AS TOOLS
FOR PROMOTING WOMEN'S HEALTH IN RURAL AREAS**

JOSÉ JACIEL FERREIRA DOS SANTOS

Especialista em Educação no Campo, Engenheiro Agrônomo, Professor de Técnicas Agrícolas, Prefeitura Municipal de Caxias, Maranhão.

ERLLAN TAVARES COSTA LEITÃO

Mestre em Manejo do Solo e da Água – UFERSA

ELVIO DA SILVA RODRIGUES

Mestre em Ciências da Educação. Professor – SEMECT – Caxias, MA. Prefeitura municipal de Caxias

VARCIL VIEIRA CARVALHO

Especialista em Gestão Interdisciplinar do meio ambiente e gestão ambiental – IESF, Licenciatura em Geografia – UEMA
Professor – SEMECT – Caxias, MA.

STEFANNY KELLY COUTINHO FERREIRA

Gestão Hospitalar e Ciências Biológicas – IEMA

MARIA GEISA DA SILVA SOARES

Doutoranda – Universidade Federal Rural de Pernambuco

JOSILENA DAMASCENO SILVA

Universidade Federal Rural da Amazônia

SERNANDES RODRIGUES DA SILVA

Enfermeiro pela UNIFACEMA, especialista em práticas integradas e complementares pela UNINTER, Secretaria Municipal de Saúde de Caxias, MA.

MICHEL DOUGLAS SANTOS RIBEIRO

Doutorando em Fitotecnia pela UFRRJ Mestre em Fitotecnia pela UFC
Especialista em Agricultura Orgânica pela FAVENI Engenheiro Agrônomo pela UFCG

RESUMO

Este capítulo tem como objetivo analisar como práticas de educação ambiental e agricultura sustentável podem contribuir para a promoção da saúde da mulher em comunidades rurais. A metodologia adotada foi qualitativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres agricultoras de três municípios do interior do Maranhão. Os resultados indicam que ações educativas voltadas para o manejo sustentável da terra, o uso consciente de recursos naturais e a valorização do papel feminino na produção agroecológica geram impactos positivos na saúde física e mental dessas mulheres. A discussão aponta que a integração entre saberes tradicionais e práticas sustentáveis fortalece a autonomia feminina e melhora as condições de vida no campo. As considerações finais destacam a importância de políticas públicas que incentivem a formação continuada e o protagonismo das mulheres rurais.

Palavras-chave: saúde da mulher; educação ambiental; agricultura sustentável.

ABSTRACT

This chapter aims to analyze how environmental education and sustainable agriculture practices can contribute to promoting women's health in rural communities. The methodology was qualitative, based on semi-structured interviews with female farmers from three municipalities in the interior of Maranhão. The results indicate that educational actions focused on sustainable land management, conscious use of natural resources, and valuing the female role in agroecological production have positive impacts on the physical and mental health of these women. The discussion shows that integrating traditional knowledge and sustainable practices strengthens female autonomy and improves living conditions in rural areas. The final considerations emphasize the importance of public policies that encourage continuous education and the empowerment of rural women.

Keywords: women's health; environmental education; sustainable agriculture.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre educação ambiental e agricultura sustentável tem se consolidado como um campo de estudo relevante para a promoção da saúde da mulher em comunidades rurais. A crescente preocupação com os impactos ambientais e sociais da produção agrícola exige novas abordagens que integrem práticas sustentáveis e inclusão social. Nesse contexto, a mulher rural desempenha papel estratégico na manutenção da segurança alimentar e na preservação dos recursos naturais (Brito, 2020).

A educação ambiental, entendida como processo contínuo de formação crítica, possibilita que comunidades rurais desenvolvam práticas mais conscientes e resilientes. Estudos recentes apontam que a educação pode ser considerada um dos pilares da sustentabilidade, ao lado do bem-estar social, meio ambiente, economia e cultura (Valente, 2024). Assim, o fortalecimento da participação feminina em processos educativos contribui para a transformação social e ambiental.

A agricultura sustentável, por sua vez, é vista como ferramenta essencial para reduzir desigualdades e promover saúde integral. A adoção de práticas agroecológicas diminui o uso de insumos químicos e favorece a produção de alimentos saudáveis, impactando diretamente a saúde da mulher e da família. Pesquisas com jovens rurais demonstram que a sustentabilidade multidimensional é fundamental para garantir alimentação adequada e qualidade de vida (SciELO Brasil, 2025).

No meio rural, a mulher assume múltiplos papéis, que vão desde a produção agrícola até a gestão dos quintais produtivos, espaços que garantem segurança alimentar e autonomia econômica. Brito (2020) destaca que esses quintais representam não apenas fonte de subsistência, mas também de empoderamento feminino, fortalecendo a identidade cultural e comunitária.

A integração entre educação ambiental e agricultura sustentável promove mudanças significativas nos hábitos de vida e nas práticas de saúde. Valente (2024) argumenta que a educação ambiental contribui para a construção de percursos de sustentabilidade, estimulando a resiliência e a transformação interior das comunidades. Esse processo é especialmente relevante para mulheres rurais, que enfrentam desafios históricos de invisibilidade social.

Além disso, a adoção de práticas sustentáveis fortalece a autonomia feminina, permitindo que mulheres se tornem protagonistas na gestão de recursos naturais e na promoção da saúde comunitária. Estudos recentes demonstram que a participação ativa das mulheres em projetos agroecológicos está associada à melhoria da saúde física e mental, bem como ao fortalecimento de redes de apoio social (SciELO Brasil, 2025).

Portanto, este capítulo busca analisar como a educação ambiental e a agricultura sustentável podem ser compreendidas como ferramentas de promoção da saúde da mulher no meio rural. A relevância do tema está na necessidade de ampliar políticas públicas e práticas educativas que valorizem o protagonismo feminino, contribuindo para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida com abordagem qualitativa, fundamentada em entrevistas semiestruturadas e observação participante em comunidades rurais do Maranhão. Foram selecionadas 18 mulheres agricultoras por amostragem intencional, considerando sua participação em projetos de educação ambiental e agricultura sustentável. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2021).

Além das entrevistas, foram realizadas visitas às propriedades para observar práticas agroecológicas e educativas. A coleta de dados ocorreu entre janeiro e junho de 2025, com registro fotográfico e diário de campo. O estudo respeitou as normas éticas vigentes, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), parecer nº 2025/089.

Para garantir validade e confiabilidade, os dados foram triangulados com registros de projetos de extensão universitária e relatórios de oficinas comunitárias. Essa estratégia permitiu identificar convergências e divergências entre práticas relatadas e observadas, fortalecendo a análise (Silva; Almeida, 2022).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciaram que a educação ambiental contribuiu para mudanças significativas nos hábitos de vida das mulheres rurais. A maioria relatou maior consciência sobre o uso de recursos naturais e redução do consumo de agrotóxicos, corroborando estudos que apontam a agroecologia como promotora de saúde e sustentabilidade (Oliveira; Santos, 2023).

As práticas de agricultura sustentável foram associadas à melhoria da saúde física, pela diminuição da exposição a produtos químicos, e da saúde mental, pela valorização do papel feminino na produção agroecológica. Esse achado dialoga com pesquisas que destacam o protagonismo das mulheres na construção de sistemas alimentares resilientes (Costa; Pereira, 2021).

A discussão também revelou que a integração entre saberes tradicionais e práticas sustentáveis fortalece a autonomia feminina e os vínculos comunitários. Valente (2024) argumenta que a educação ambiental, ao estimular percursos de sustentabilidade, promove transformação social e interior, aspecto confirmado pelas participantes do estudo.

Por fim, os resultados indicam que políticas públicas voltadas para a formação continuada e incentivo à agroecologia podem ampliar os impactos positivos observados. Estudos recentes reforçam que a inclusão das mulheres em programas de sustentabilidade é essencial para reduzir desigualdades e promover saúde integral (SciELO Brasil, 2025).

Os dados coletados evidenciaram que a participação das mulheres em oficinas de educação ambiental resultou em maior conscientização sobre práticas de manejo sustentável. Muitas relataram que passaram a utilizar técnicas de compostagem e reaproveitamento de resíduos orgânicos, reduzindo impactos ambientais e fortalecendo a produção de alimentos saudáveis (Oliveira; Santos, 2023).

Outro resultado relevante foi a percepção de que a agricultura sustentável contribui para a melhoria da saúde mental das agricultoras. A valorização do papel feminino nas comunidades rurais gerou sentimentos de pertencimento e autoestima, aspectos que corroboram estudos sobre empoderamento feminino em contextos agroecológicos (Costa; Pereira, 2021).

As entrevistas também revelaram que a adoção de práticas agroecológicas fortaleceu a segurança alimentar das famílias. As mulheres destacaram que o cultivo diversificado em quintais produtivos garantiu maior autonomia e acesso a alimentos nutritivos, confirmando achados de Brito (2020) sobre a importância dos quintais como espaços de sustentabilidade e empoderamento.

A análise mostrou ainda que a integração entre saberes tradicionais e conhecimentos técnicos ampliou a eficácia das práticas sustentáveis. Muitas agricultoras relataram que combinaram técnicas ancestrais de cultivo com orientações recebidas em oficinas, criando sistemas produtivos mais resilientes e adaptados às condições locais (Valente, 2024).

Os resultados apontaram que a participação em projetos de extensão universitária foi decisiva para a disseminação de práticas sustentáveis. As mulheres relataram que o contato com pesquisadores e extensionistas possibilitou acesso a informações atualizadas e apoio técnico, fortalecendo a capacidade de inovação nas comunidades (Silva; Almeida, 2022).

Além disso, observou-se que a redução do uso de agrotóxicos trouxe impactos positivos na saúde física das agricultoras. Muitas relataram diminuição de sintomas como dores de cabeça e problemas respiratórios, confirmando a literatura que associa práticas agroecológicas à melhoria da saúde comunitária (SciELO Brasil, 2025).

Por fim, os resultados reforçam que a educação ambiental e a agricultura sustentável não apenas promovem saúde, mas também fortalecem redes de solidariedade entre mulheres. A criação de grupos de apoio e cooperativas locais foi mencionada como estratégia para ampliar a comercialização de produtos e garantir maior autonomia econômica, aspecto essencial para a equidade de gênero no meio rural (Costa; Pereira, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa demonstraram que a educação ambiental e a agricultura sustentável são ferramentas fundamentais para a promoção da saúde da mulher no meio rural. A adoção de práticas agroecológicas contribuiu para a redução da exposição a agrotóxicos, melhoria da qualidade alimentar e fortalecimento da autonomia feminina, aspectos que se refletem diretamente na saúde física e mental das participantes (Oliveira; Santos, 2023).

Além disso, verificou-se que a integração entre saberes tradicionais e práticas sustentáveis fortalece os vínculos comunitários e promove maior resiliência social. Essa constatação está em consonância com estudos que destacam o protagonismo das mulheres na construção de sistemas alimentares mais justos e equitativos (Costa; Pereira, 2021).

A educação ambiental, ao estimular percursos de sustentabilidade e transformação interior, mostrou-se essencial para ampliar a consciência crítica das mulheres rurais. Esse processo favorece não apenas a preservação ambiental, mas também a valorização do papel feminino na sociedade (Valente, 2024).

As limitações do estudo incluem a abrangência geográfica restrita e o número limitado de participantes, o que sugere a necessidade de ampliar futuras pesquisas para diferentes regiões e contextos. Ainda assim, os achados reforçam a importância de políticas públicas voltadas para a formação continuada e incentivo à agroecologia, especialmente com foco no protagonismo feminino (SciELO Brasil, 2025).

Portanto, conclui-se que a articulação entre educação ambiental e agricultura sustentável representa uma estratégia eficaz para promover saúde integral e equidade de gênero no meio rural. A valorização da mulher agricultora é um caminho promissor para a construção de sociedades mais sustentáveis e inclusivas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2021.

BRITO, C. A. **Mulheres rurais e seus quintais produtivos: empoderamento feminino, sustentabilidade e segurança alimentar**. Instituto Federal da Paraíba, 2020.

COSTA, M.; PEREIRA, R. Agroecologia e protagonismo feminino: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 16, n. 2, p. 45-60, 2021.

OLIVEIRA, J.; SANTOS, L. Agricultura sustentável e saúde da mulher: práticas agroecológicas em comunidades rurais. *Saúde e Sociedade*, v. 32, n. 1, p. 12-28, 2023.

SILVA, R.; ALMEIDA, F. Triangulação metodológica em pesquisas qualitativas: aplicações em estudos rurais. *Revista de Pesquisa Qualitativa*, v. 10, n. 3, p. 77-92, 2022.

VALENTE, S. Sustentabilidade: o contributo da educação ambiental numa perspetiva de complexidade e de transformação interior. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, n. 46, Lisboa, 2024.

SCIÉLO BRASIL. Alimentação e sustentabilidade em perspectiva multidimensional: percepções e práticas de jovens rurais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 41, n. 5, 2025.